

## HERANÇA E HISTÓRIA POLÍTICA NO PIAUÍ: DAS ORIGENS À REDEMOCRATIZAÇÃO<sup>1</sup>

Vítor Eduardo Veras de Sandes-Freitas<sup>2</sup>

### Resumo:

Este artigo tem como objetivo analisar como a formação política do estado do Piauí se torna central para a análise da política piauiense. Para tanto, recorreu-se à análise da história política do estado das origens até o processo de redemocratização na década de 1980. As principais conclusões apontam que as forças políticas construídas historicamente garantiram controle por determinadas elites políticas e partidos sobre o cenário político estadual mesmo em um contexto de redemocratização.

**Palavras-chave:** história política, herança política, política piauiense.

### Abstract:

This article aims to analyze how the understanding of the historical construction of the state of Piaui becomes central to the analysis of Piaui politics. For this, we resorted to the analysis of the political history of the state since the origins until the process of redemocratization in the 1980s. The main conclusions point out that the historically constructed political forces guaranteed control by certain political elites and parties over the state's political scenario even in a context of redemocratization.

**Keywords:** political history, political heritage, Piaui politics.

Recebido em 15/04/2019

Aprovado em 03/05/2019

<sup>1</sup> Este artigo tem como base o segundo capítulo da minha dissertação de Mestrado, defendida em 2010, junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí.

<sup>2</sup> Professor adjunto da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Partidos Políticos (GEPPOL). e-mail: vitorsandes@ufpi.edu.br

### 1 Introdução

A dinâmica do subsistema político estadual deve ser compreendida através da análise conjunta de condições históricas e institucionais. Num mesmo arranjo institucional, pode-se detectar o surgimento de diferentes correlações de força, explicadas pela existência de racionalidades políticas próprias de cada contexto. Os diversos padrões de competição e pesos assumidos pelos partidos nos estados brasileiros são evidência disso.

Para a compreensão da diversidade interna do sistema político brasileiro, dois tipos de pesquisa são possíveis: estudos comparados e estudo de caso. Estudos comparados permitem, por um lado, a compreensão das similaridades e das diferenças existentes entre os subsistemas estaduais, mas, por outro, impedem a análise mais pormenorizada dos casos, devido à quantidade limitada de variáveis selecionadas. Em contraposição, ao se focar exclusivamente num caso, pode-se colaborar para o levantamento de hipóteses, de modo a selecionar adequadamente variáveis a serem trabalhadas em futuras análises comparadas.

No caso deste artigo, optou-se por um caso somente, com o objetivo de analisar como a história política piauiense impôs condições ao retorno da democracia no estado. A maioria dos estudos sobre o caso piauiense tem se preocupado eminentemente com o legado histórico de dominação de grupos familísticos, que detinham o poder econômico e político no estado.<sup>3</sup> Contrariando essa visão, percebe-se que as transformações ocorridas na dinâmica político-eleitoral dependem também da alteração dos arranjos institucionais estabelecidos ao longo do tempo, principalmente com as mudanças instituídas a partir de 1979, que alterou o padrão de competição política no Brasil, com o retorno ao multipartidarismo e ao regime democrático.

Atribuir aos estados economicamente menos desenvolvidos, como o Piauí, a permanência contínua de grupos oligárquicos na condução dos governos parece ser uma análise apressada, senão errônea, mesmo porque, nas últimas décadas, foi visível a entrada de novos atores no cenário político estadual.<sup>4</sup> O caso de São Paulo mesmo emblemático, pois tem sido o maior símbolo do

<sup>3</sup> Dentre os trabalhos acadêmicos de maior relevância sobre política piauiense, a tese de Roberto John Gonçalves da Silva (1999) *Metamorfose das oligarquias: o caso do Piauí*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999; e a dissertação de Manoel Ricardo Arraes Filho (2000) *Oligarquias e elites políticas no Piauí: 1982-1995*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000; dão ênfase exclusivamente ao caráter oligárquico da composição dos quadros políticos piauienses. Outros dois artigos sobre a temática (BONFIM; SANTOS JUNIOR, *Formação Política*. In: SANTANA, Raimundo Nonato de (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento e perspectivas*. Teresina: Halley, 1995, p. 41-54; e BONFIM, SILVA. *Instituições Políticas, Cidadania e Participação: a mudança social ainda é possível?* *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n° 21, p. 109-123, nov. 2003) seguem essa mesma abordagem. Por outro lado, a tese de Cleber de Deus. *O novo arranjo federativo brasileiro, o regime multipartidário e a competição política municipal no Ceará e no Piauí em 1996, 2000 e 2004*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, apesar de considerar a existência de oligarquias até o início do período democrático atual no Piauí, afirma que o novo arranjo institucional implementado foi capaz de dinamizar a competição político-eleitoral no estado. Independentemente das abordagens utilizadas, pode se observar a escassez de trabalhos que analisem de forma sistemática a dinâmica político-eleitoral piauiense.

<sup>4</sup> A hipótese central da dissertação de Manoel Ricardo Arraes Filho é de que “o caráter oligárquico das composições legislativas é resultado ou influenciado pelas condições socioeconômicas e históricas estabelecidas algumas décadas atrás. Ou seja, a oligarquização do sistema político é resultante da forma como as elites dirigentes implementaram o

controle de um grupo político-partidário no país, dado que, desde 1994, o PSDB tem ganhado eleições neste estado. Porém, é válido destacar que muitos daqueles que ocupam cargos eletivos no estado do Piauí tem seu capital político herdado de sua família, o que indica a existência de uma tradição oligárquica anterior que deixou marcas na construção democrática estadual.

Por isso, neste artigo nos deteremos na herança histórica como uma importante variável para compreendermos o início da atual trajetória democrática no estado do Piauí. A análise só será minimamente completa se for possível explicitar como o arranjo institucional possibilitou mudanças que impactaram diretamente na formação de governos nos estados. É na conjunção de fatores históricos e institucionais que se poderá entender o funcionamento dos governos estaduais.

Para tanto, neste artigo, discutiremos as origens da força dos principais grupos políticos piauienses. Nesse sentido, procurou-se discorrer sobre a formação política do estado e de como esta influenciou na composição dos principais cargos eletivos no nível estadual.

## **2 Formação política no subsistema político estadual piauiense**

As subunidades nacionais têm suas trajetórias políticas influenciadas diretamente pela dinâmica política de períodos anteriores, já que é a partir da correlação de forças já estabelecida que novos arranjos de poder emergirão. Cada unidade possui sua história, e as instituições políticas formadas nestas se modificam de acordo com as dinâmicas ali presentes. Logo, o que ocorre anteriormente condiciona, de certa forma, as trajetórias políticas posteriores.

Reformas institucionais, como as ocorridas no período da redemocratização no Brasil, possibilitaram o surgimento de novos atores nos cenários estaduais. As mudanças ocorridas nesse período geraram maior acirramento da competição político-eleitoral, possibilitando mudanças na composição dos quadros políticos nos estados. Ainda assim, a história importa e os grupos políticos que controlavam os espaços políticos continuavam a deter poder mesmo com o processo de redemocratização.

Por isso, para a análise das mudanças políticas no novo contexto democrático, não se deve considerar as reformas institucionais como único fator explicativo. O novo formato institucional introduzido não necessariamente levou imediatamente a alta rotatividade de atores políticos, mas contribuiu decisivamente. As reformas ocorridas no Brasil colaboraram na desconcentração do

---

processo de integração do estado no momento de formação do Estado nacional, especialmente a partir da década de 50" ( p. 16-17). Contrariando essa hipótese, as evidências mostradas por Wanderley Guilherme dos Santos. Governabilidade e democracia natural. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. indicam que o atraso econômico não impediria o acirramento da competição político-eleitoral nos estados, ou seja, a possibilidade da entrada de novos atores nos cenários políticos estaduais.

acesso ao capital político, incorporando “atores políticos e sociais antes marginalizados no processo decisório instituído em outras fases históricas e políticas”<sup>5</sup>.

O acesso ao poder por maior número de grupos pode ser estimulado, portanto, por reformas institucionais. As instituições políticas formadas estabeleceram novas regras e procedimentos que passaram a estruturar e moldar o comportamento dos atores políticos. Ademais, acredita-se que as reformas institucionais poderão ter impactos diferenciados entre os casos subnacionais, pois as instituições são, antes de tudo, permeadas pela herança histórica, influenciando diretamente no impacto das reformas.

Para se compreender o impacto das reformas institucionais na composição dos quadros políticos dos estados, deve-se partir da ideia de tendência histórica (herança ou formação política). A herança política de cada subunidade nacional afeta e restringe as escolhas subsequentes. Dependendo da “racionalidade política contextual”, nos termos de Lima Junior <sup>6</sup>, o impacto pode ser acelerado ou retardado. Para isso, faz-se necessário compreender o conceito denominado *path dependence* ou “dependência de trajetória”, presente dentro do arcabouço teórico institucionalista histórico.<sup>7</sup>

*Path dependence* pode ser definido como o processo em que o mundo social e político segue uma trajetória particular, diante de amplo número plausível de alternativas<sup>8</sup>. A concepção de *path dependence* está intimamente ligada à ideia de que a causalidade social depende da trajetória percorrida. O comportamento dos atores políticos depende de decisões tomadas anteriormente, segundo a lógica de cada contexto local. A vida política, nesse caso, depende de propriedades políticas herdadas do passado<sup>9</sup>. Não é afirmar simplesmente que a história conta, mas sim que, ao trilhar determinada trajetória, uma unidade política tem custos de reversão muito elevados. Contudo, adiante, existirão outros pontos de escolha para a mudança<sup>10</sup>.

A formação dos quadros políticos nos estados brasileiros, mesmo com a ampliação da competição político-eleitoral, depende diretamente de condições históricas passadas, que definem o

5 DE DEUS, Cleber. *Op.cit.*p.34.

6 LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional: 1945/64*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. Para o autor, a existência de diferenciações internas dentro do regime político brasileiro estaria ligada à existência de racionalidades dos atores políticos estabelecidas em cada estado, já que, segundo as evidências apresentadas pelo autor, haveria lógicas competitivas próprias de cada contexto regional. A formação de arranjos políticos específicos nos níveis estaduais seria o indicativo desse tipo de racionalidade.

7 O institucionalismo histórico é uma das correntes presentes na abordagem neoinstitucionalista. Em linhas gerais, o neoinstitucionalismo pressupõe que a política é estruturada pelas instituições, ou seja, o arranjo institucional influencia diretamente o comportamento dos atores políticos e, conseqüentemente, a trajetória das unidades políticas. Além da abordagem histórica, o neoinstitucionalismo tem outras duas correntes: o institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo sociológico. Os teóricos do institucionalismo histórico, de modo geral, procuram situar as instituições num espaço onde o contexto histórico estrutura decisões ulteriores, ou seja, não são apenas as instituições que influenciam a vida política, estas são variáveis explicativas necessárias, porém não suficientes (HALL; TAYLOR. *As três versões do neo-institucionalismo*. Lua Nova, São Paulo, nº 58, p. 193-223, 2003. 2003).

8 BENNETT, Andrew; ELMAN, Colin. *Qualitative research: recent developments in case study methods*. *Annual Review of Political Science*, vol. 9, p. 455-476, fev. 2006.p. 464.

9 HALL; TAYLOR, *op.cit.* p. 200-201

10 FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. *Path Dependency e os Estudos Históricos Comparados*. BIB, São Paulo, nº 53, p. 79-102, 1º semestre de 2002.p. 83.

peso dos atores políticos na atualidade. Dessa forma, a compreensão da dinâmica política no período pós-redemocratização necessita, antes de tudo, da análise da percepção das trajetórias dos atores estaduais. Utilizando o argumento de Paul Pierson, “uma investigação de *path dependence* pode prover a base para o desenvolvimento de importantes hipóteses sobre as fontes de estabilidade e mudança política”<sup>11</sup> (tradução nossa). A herança histórica ou a formação política não determinam, mas influenciam diretamente no impacto da reforma institucional nas subunidades nacionais.

Pode-se afirmar que a formação política – ou seja, a herança histórica – interfere diretamente nas características de dada localidade. Sobre isso, Bonfim e Silva afirmam que há de se considerar a relevância de três pontos ao se analisar a ideia de formação política. O primeiro é referente à categoria “atraso”, pois ela sugere o antagonismo a algo que se poderia chamar “moderno”, indicando a dualidade existente entre o tradicional e o moderno. O segundo é sobre o conceito de “herança”, que significa a transmissão para as gerações posteriores de traços e características da sociedade. O terceiro é afirmação de que atraso e modernidade são categorias imbricadas ao processo de acúmulo histórico, ou seja, uma lembrança permanente de nossa condição inicial, reafirmada na existência dos indivíduos, das sociedades e das instituições atualmente<sup>12</sup>.

Considerando o caso piauiense, em geral os trabalhos acadêmicos existentes sobre a formação política do estado tendem a afirmar que há pouca variação na composição dos quadros políticos do estado, mesmo com a redemocratização. Seguindo este argumento, Bonfim e Silva concluem que há a persistência do caráter fechado e oligárquico no estado, ou seja, características ligadas ao “atraso” permeariam as instituições políticas contemporâneas.

Para os autores, os recursos de acesso ao poder continuariam, assim, concentrados nas mãos de quantidade limitada de pessoas, permitindo pouca rotatividade de atores nos cargos políticos estaduais. A presença de uma oligarquia surgiria, principalmente, pelo fato de determinado grupo político conquistar os cargos eletivos necessários para a manutenção do poder. Como afirmam Bonfim e Silva,

esse é um dos muitos sentidos em que é possível falar de oligarquia, governo caracterizado por formas de recrutamento político baseadas em critérios de adstrição, ou seja, que erguem obstáculos àqueles que desejam participar da vida pública<sup>13</sup>.

11 PIERSON, Paul. Increasing returns, path dependence, and the study of politics. *American Political Science Review*, vol. 94, nº 2, p. 251-267, jun. 2000. P. 264.

12 BONFIM; SILVA, op.cit, p. 110

13 Ibid.

O sistema político, assim, foi formatado, em suas origens, em torno de poucos atores, que limitavam o processo de abertura, indicando e interferindo diretamente na definição daqueles que deveriam ascender aos postos políticos. A participação na vida política no estado, desse modo, teria sido sempre restrita a poucos atores ligados aos grupos políticos tradicionais do estado.

Para explicar como teria ocorrido o processo de restrição do acesso de outros grupos políticos aos cargos públicos, tentar-se-á descrever a formação política piauiense desde o início do período republicano, focando principalmente nos antecedentes ao período da redemocratização pós-1985.

A composição do cenário político estadual, ao longo do tempo, privilegiou poucos grupos políticos. Quais recursos de acesso ao poder esses atores teriam frente aos outros? Era possível um ator político, desvinculado dos grupos tradicionais, ascender ao poder? Uma forma de tentar responder às questões que perpassam estes questionamentos é verificando a articulação entre as principais lideranças políticas tradicionais do estado.

### 3 Breve histórico do processo de estruturação política do estado do Piauí

A ocupação do território piauiense tem relação estreita com a formação socioeconômica no estado. Essa relação se deu no período da colonização brasileira, em que houve o início da atividade pecuária e, conseqüentemente, a interiorização mais sistemática da ocupação do território piauiense. Não só o Piauí, mas todo o Nordeste participou da expansão da pecuária. Segundo Caio Prado Júnior, a pecuária teve papel fundamental na subsistência e no povoamento do Brasil, ainda colônia portuguesa e que, desde fins do século XVII, o imenso “território sertanejo” foi aproveitado para fins de criação de gado. Segundo o autor,

a vegetação pouco densa da caatinga, o que permite o estabelecimento do Homem sem trabalho preliminar algum de desbastamento; o relevo unido que se estende por largas chapadas; a presença freqüente de afloramentos salinos que fornecem ao gado os chamados “lambedouros”, onde ele se satisfaz deste alimento indispensável. [...] Todas estas vantagens que oferece o sertão não iam sem dúvida sem óbices de monta: a pobreza da forragem nativa, a falta de água... Mas, feito o balanço, e na falta de outros pontos mais favoráveis, os sertões do Norte apresentam, para os fins a que se destinaram, um ativo favorável. E isto permitiu neles o que de outra forma teria sido impossível realizar: a ocupação humana e o povoamento regular. A rapidez com que se alastraram as fazendas de gado se explica, uma parte, pelo consumo crescente do litoral e das minas, bem como pela pequena densidade econômica e baixa produtividade da indústria; mas doutro, pela facilidade incrível com que se estabelece nestes sertões uma fazenda<sup>14</sup>.

14 PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.p. 190-191.

O Piauí participou ativamente da expansão do gado na região, principalmente com o preparo da carne-seca. Durante o último quartel do século XVIII, o estado se tornou o principal fornecedor deste produto. Como afirma Prado Júnior, o Piauí contava com grandes rebanhos, os maiores e melhores do Norte, além de possuir uma via cômoda de transporte – o rio Parnaíba. Dessa forma, o estado suplantou todos os seus concorrentes, dominando o mercado colonial do produto, até perder a hegemonia, já nos fins do século, para o charque do Rio Grande do Sul<sup>15</sup>.

O Piauí tem sua formação originada, em grande parte, da pecuária, que foi responsável pelo surgimento da maior parte dos núcleos de povoamento do estado. A expansão das áreas de cultivo do gado foi responsável também pelo aparecimento de latifúndios, devido ao modo extensivo como tal atividade econômica foi adotada na região, ou seja, utilizando-se de grandes espaços de terra.

Ratificando esse argumento, Bonfim e Santos Junior afirmam que o latifúndio surgiu como consequência direta do modo pelo qual a pecuária foi explorada – através da utilização extensiva da terra –, o que levou à concentração de terras, “determinando uma dinâmica social pobre e um vazio demográfico recorrente”<sup>16</sup>.

Assim sendo, o Piauí surgiu num contexto onde a principal riqueza era a terra. Isso permitiu o estabelecimento de uma sociedade desigual desde suas origens. A terra passou a ser instrumento de dominação política por parte dos proprietários rurais. A afirmação do poder político dos proprietários rurais ocorre a partir das lutas pela independência, em meados do século XIX. É diante dessa base socioeconômica que o Piauí se desenvolveu.

A Capitania, criada em 1718, só se efetiva em 1758, contudo, os interesses de seus mandatários ainda se encontram bastante ligados aos interesses portugueses, em especial porque no território permaneciam famílias de origem lusitana, ainda que ligadas a famílias locais. A atitude da Coroa procurava respeitar tais interesses. São esses fatos que impedem que o Piauí, até 1822, possua um movimento antiportuguês expressivo e é somente após o 7 de setembro que irão se dar movimentos internos favoráveis à Independência. A conjuntura que os torna viáveis tem relação com a possibilidade de grandes proprietários piauienses constituírem um sistema político que, sob sua égide, marcaria os processos de dominação política no Estado<sup>17</sup>.

15 Ibid. p.196.

16 Bonfim; Santos Junior. Op.cit.45.

17 Ibid.p. 46. A relação de dependência estabelecida com o poder central não é exclusiva do Piauí, mas faz-se necessário destacar este ponto por ser essencial para a contextualização da formação dos grupos dominantes no Estado.

Durante o Império, configurou-se forte dependência das províncias em relação ao poder central. As elites políticas piauienses do período encontraram, na relação simbiótica junto ao poder público, a forma de manter a força política no estado, ou seja, “através da política clientelista de distribuição de cargos entre os aparentados e amigos das famílias que dirigiam os destinos políticos do Piauí”<sup>18</sup>.

Com o surgimento da República, no final do século XIX, houve um processo de descentralização do poder, o que reforçou a força política das elites locais. Este veio contrabalançar o centralismo estabelecido no período imperial. Num ambiente agrarista e fortemente rural, em que o Brasil se encontrava naquele período, estabeleceu-se um sistema federalista, que gerou dois processos sociais e políticos: coronelismo e “política dos governadores”.

O coronelismo surgiu com a implantação do regime federalista no Brasil, em 1891. O processo estabelecia a relação de troca de favores entre governo e coronéis (lideranças políticas regionais e locais), perdurando durante toda a Primeira República, ou seja, até 1930. Nesse sistema, o governo estadual asseguraria o poder do coronel sobre seus dependentes e rivais, além da garantia do controle dos cargos públicos, desde aqueles ligados à polícia até os relacionados ao setor administrativo das localidades. Os coronéis, por sua vez, dariam seu apoio ao governo estadual e federal, sobretudo na forma de votos. Os governadores, em contrapartida, apoiariam o presidente da República, tendo, em troca, o reconhecimento do seu domínio no estado<sup>19</sup>.

Durante a Primeira República, os governadores eram os chefes da política estadual. Em torno do governador, alinhavam-se as oligarquias locais, que eram representados pelos próprios coronéis, que mantiveram seu poder nas localidades durante a “política dos governadores”, implementada por Campos Sales em 1898. A lógica dessa política era proporcionar o apoio aos candidatos eleitos, de acordo com a política dominante em cada estado<sup>20</sup>.

Na ótica de Leal<sup>21</sup>, o coronelismo surgiu na confluência de aspectos políticos, de um sistema federativo em formação, com a conjuntura econômica e social do período. O centralismo imperial foi substituído pelo federalismo e pelo sistema republicano<sup>22</sup>. Esse novo cenário político no nível nacional permitiu o surgimento de novos atores nos níveis estaduais e locais, que deram a base de sustentação para o governo nacional. Surgiu aí o governador de estado, passando a esfera política

18 Ibid.p.48

19 CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

20 Estados como São Paulo e Minas Gerais, cujas economias eram mais desenvolvidas, tiveram considerável força política no Brasil, durante a Primeira República, se comparados aos estados economicamente frágeis, os quais continuariam a depender quase exclusivamente dos recursos do poder central.

21 LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975

22 Segundo José Murilo de Carvalho (1997), no período imperial, o presidente de Província não tinha poder próprio, era fortemente ligado ao Ministério, podia perder o cargo a qualquer momento, e não tinha condições de construir suas bases de poder na Província e nem, conseqüentemente, legitimar o seu poder político. O cargo de presidente da Província não representava um poder sólido, servindo apenas como trampolim à eleição para deputado ou senador.

estadual a constituir um dos elementos centrais na política nacional, já no início do período republicano.

Sobre o contexto político do período, Carvalho afirma que o coronelismo foi um processo social fruto da alteração na correlação de forças entre os proprietários rurais e o governo, em que o Estado se fortalecia e os elementos rurais e agraristas sobreviviam. Conforme o autor, o momento caracterizado pela derrocada econômica dos fazendeiros acarretava, conseqüentemente, o enfraquecimento do poder político dos coronéis em face de seus dependentes e rivais.

Para que os coronéis conseguissem manter o poder político nas localidades teriam que reforçar a presença do Estado, acarretando perda de força gradativa sobre os rumos da política local. O coronelismo, pois, segundo Carvalho, foi antes sintoma da decadência do que manifestação de vitalidade dos senhores rurais. Com o advento do federalismo e a ampliação da autonomia municipal, os coronéis conseguiram estabelecer um modo de sobrevivência e de manutenção de seu poder nas localidades.

Com o início do período republicano e a decadência do agrarismo, percebeu-se uma diminuição do privatismo e uma ampliação progressiva do poder estatal. Nesse sentido, Carvalho afirma que:

[...] a tendência era claramente no sentido de reduzir, até à eliminação, os resíduos patrimoniais da administração em favor da burocracia do Estado. Inúmeros conflitos surgidos em função do comportamento das autoridades patrimoniais, como os delegados e oficiais da Guarda, começaram já no Império a ser resolvidos pelo recurso a autoridades burocráticas, como os juizes de direito e oficiais da polícia. Na República, as tarefas de manutenção da ordem passaram todas para a burocracia, na medida em que delegados se tornaram funcionários públicos e os estados aumentaram rapidamente o efetivo de suas polícias militares que substituíram a Guarda na sua função original. A Igreja também foi separada do Estado, tendo sido instituído o registro civil<sup>23</sup>.

O Estado, portanto, começa a se construir como instituição burocrática, em contraposição à estrutura patrimonialista ainda presente. O coronelismo foi forjado em meio essas transformações do Estado, na qual há o avanço da burocracia e o recuo do patrimonialismo.

Contudo, o fortalecimento do Estado frente ao poder privado permitiu maior controle do processo de participação da vida política, já que esta continuou restrita àqueles que tivessem prestígio e confiança do poder central. O modo como o pacto federativo foi conduzido permitiu que alguns estados tivessem mais acesso aos recursos do poder do que outros. Nesse cenário, São Paulo

---

23 CARVALHO, op.cit.

tinha a hegemonia, devido à sua força econômica, seguido por Minas Gerais. “Para os demais estados, restava um relacionamento cada dia mais pautado na dependência. Sem produtos importantes para exportação, sem economias internas fortes e capazes de sobreviver de modo auto-suficiente”<sup>24</sup>. O Piauí encontra-se no último caso.

O cenário social, político e econômico do Piauí era marcado pela desigualdade. Apenas pequena parcela da população detinha a maior parte das terras produtivas, num cenário basicamente rural e com pouca força econômica no cenário nacional.<sup>25</sup> Durante o século XX, essa estrutura foi mantida e a organização política piauiense continuou a depender das conformações entre os grupos de poder do estado, que em geral eram ligados à força econômica primordial – a terra. No início do período republicano, duas famílias marcaram a disputa pelo controle político do estado: Freitas e Pires Ferreira. Ambas eram compostas por grandes proprietários rurais, ligados à atividade comercial<sup>26</sup>.

No Brasil, a “política dos governadores” e o coronelismo tiveram suas bases ainda mais ameaçadas com os movimentos surgidos durante a década de 1920. Desses movimentos relevantes, que tiveram reflexos no Piauí, pode-se citar o movimento tenentista, a Coluna Prestes e a Revolução de 1930. Destes, surgem novos atores que poderiam alterar a cena política no estado.

A Revolução de 1930 marcou o fim da Primeira República. Segundo Cleber de Deus, a Revolução teve entre seus principais motivos: (1) a tentativa de evitar as fraudes nos pleitos eleitorais, que durante a Primeira República ocorriam, de forma constante, em prol dos candidatos ligados aos grupos dominantes; (2) a busca pela erradicação de problemas básicos relativos à educação e à saúde, que afligiam o país, problemas estes não focados pelo poder central; e (3) a tentativa de quebra do pacto da “política do café com leite”, que marcou a rotatividade no poder central de presidentes de São Paulo e de Minas Gerais que iam se sucedendo de forma contínua<sup>27</sup>.

O estopim do movimento ocorreu quando o Presidente Washington Luis, representante de São Paulo, não indicou Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, de Minas Gerais, para a sua sucessão, nas eleições de 1930. O então presidente indicou o paulista Júlio Prestes, levando ao rompimento da “política do café com leite”<sup>28</sup>.

24 BONFIM; SANTOS JUNIOR, op.cit., p. 50.

25 Sobre a estagnação econômica vale afirmar que “a borracha de maniçoba, a cera de camaúba, a amêndoa de babaçu, o tucum, o caroá e a malva formaram a nova pauta de produtos com mercado no exterior, o que possibilitou retirar a economia estadual do marasmo que a caracterizou até o final do século XIX. Entre esses produtos, o de maior destaque foi certamente a borracha maniçoba, que durante os anos 10 chegou a ser responsável por 62% das receitas de exportação do Piauí (BONFIM; SANTOS JUNIOR, 1995, p. 50)”. Contudo, do ponto de vista político, as mudanças na economia piauiense não trouxeram grandes modificações na estrutura de poder no Estado.

26 BONFIM; SANTOS JUNIOR, op.cit., p. 52.

27 DE DEUS, op.cit. p.79.

28 O candidato de oposição, Getúlio Vargas (do Rio Grande do Sul), estava à frente da Aliança Liberal, que introduziu temas novos no debate político, diante das circunstâncias da República Velha. Falava-se em mudanças no sistema eleitoral, em voto secreto, em representação proporcional, em combate às fraudes eleitorais e em reformas trabalhistas (salário mínimo, diminuição da jornada de trabalho para oito horas, férias e proteção ao trabalho das mulheres e menores de idade). Apesar do discurso, Getúlio não se diferenciava socialmente

A Revolução de 1930 foi o resultado final de uma série de movimentos, como o tenentismo e a Coluna Prestes, que tiveram impacto na organização política dos estados brasileiros. No Piauí, o movimento tenentista contou com apoio de uma parcela da sociedade civil que manteve articulação com os líderes do movimento no nível nacional<sup>29</sup>. Contrariando a análise de parte dos historiadores que dissertam sobre o movimento tenentista no Piauí, Roberto John Silva ratifica a análise de Bonfim e Santos Junior afirmando:

Para alguns autores piauienses, o Movimento Tenentista de 1922 não recebeu apoio e muito menos repercutiu no Estado. No entanto, a criação de Comitês, a publicação de manifestos (inclusive de militares a favor de Nilo Peçanha), a realização de comícios, a punição - com transferência - de oficiais do Exército do Piauí que apoiaram a “reação republicana” para outras regiões apontam noutra direção. Pode-se deduzir que os tenentes do Piauí estavam articulados em torno da candidatura de Nilo Peçanha como uma forma de expressarem seu descontentamento com o rumo do país<sup>30</sup>.

Em 1922, a política piauiense girou em torno do apoio a Arthur Bernardes ou Nilo Peçanha como candidato à Presidência da República. Nilo Peçanha foi candidato pelo “Movimento Reação Republicana”, em contraposição à candidatura de Arthur Bernardes. Peçanha perdeu o pleito, o que reforçou, no estado do Piauí, a facção liderada por Félix Pacheco e João Luís Ferreira.<sup>31</sup>

O apoio a Nilo Peçanha pelos opositoristas fora patrocinado pelo tenentismo, que também influenciou as incursões da Coluna Prestes no estado – a primeira em 1925 e a segunda em 1926<sup>32</sup>. Essas ações tinham em mente mais questões políticas do que militares, como suscita Silva. Dessas incursões e do recuo dos opositores aos movimentos, alguns atores surgem ou se consolidam no cenário político estadual.

Além da projeção do Governador Mathias Olympio em defesa do Estado, surgem o desembargador Vaz da Costa, que organizou os batalhões patrióticos, o tenente Jacob Manuel Gayoso e Almendra que, ao combater os “revolucionários”, transforma-se em “herói”, sendo indicado e eleito deputado estadual em 1926 com expressiva votação - 7.638 votos. A pregação da Coluna Prestes fez surgir grupos políticos não orientados pelas

do candidato do Governo – Júlio Prestes – quanto às origens, tendo sido, ambos, governadores em seus estados (CARVALHO, 2007, p. 94). Júlio Prestes foi o vencedor do pleito, mas as articulações opositoristas levaram à revolta civil-militar de 1930 que deu ao candidato derrotado – Getúlio Vargas – a presidência.

29 BONFIM; SANTOS JUNIOR, op.cit., p. 52.

30 SILVA, Roberto John Gonçalves da. *Metamorfose das oligarquias: o caso do Piauí*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.p.63.

31 “O ‘Movimento Reação Republicana’ foi formalizado no Piauí em 18 de outubro de 1921, com a assinatura de um manifesto da oposição ao Governo do Estado, dando apoio à candidatura patrocinada pelo tenentismo. Essa decisão pró Nilo Peçanha, no Piauí, fazia parte da dinâmica da disputa local, na qual a oposição sempre ficava ao lado do adversário da oligarquia circunstancialmente na ‘situação’” (SILVA, 1999, p. 61).

32 “A primeira invasão durou de 8 de dezembro de 1925 a 22 de janeiro de 1926; e a segunda, de 7 de julho a 20 de agosto de 1926” (SILVA, 1999, p. 64). Optou-se por utilizar o termo *incursão*, em vez de *invasão*, pois o termo parece mais adequado à natureza da passagem do movimento no estado do Piauí.

# HISTÓRIA E CULTURAS

DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA E PODER LOCAL

oligarquias como, por exemplo, a família Marinho que vai fundar, em 1932, o Partido Democrata Piauiense, inspirado nas idéias tenentistas. Surgem também as lideranças vinculadas aos tenentes eleitos deputados federais pelo Estado, a partir de suas participações nas lutas e Governos revolucionários, prolongando-se após a redemocratização de 1946<sup>33</sup>.

No Piauí, a entrada de novos atores políticos no cenário estadual poderia ter alterado o esquema oligárquico da Primeira República. A Revolução de 1930, motivada pelo descontentamento geral com a manutenção oligárquica no Brasil, motivou a ação de segmentos da classe dominante que estavam fora do poder. O confronto no estado se deu entre os Almendra Freitas, e seus aliados, contra os Pires Ferreira – famílias que dominavam o cenário político estadual no período da Primeira República.

Com a Revolução de 1930, as duas famílias rompem politicamente por confrontarem-se em seus projetos de poder e não devido a divergências ideológicas quanto aos projetos políticos<sup>34</sup>. Para De Deus, três fatos explicariam o movimento: “renovação das elites nacionais e locais; quebra do pacto político acertado entre as duas vertentes por ocasião da eleição do governador e a luta de terras”<sup>35</sup>. A força política das duas famílias estava fortemente ligada ao fator terra, o que numa sociedade eminentemente rural, como a piauiense, era de extrema importância. Contudo, existiam diferenciações na composição social dos grupos que disputavam o poder no estado:

Especificamente neste caso, aprofunda-se uma diferenciação na composição política do Estado. A família Freitas, embora tenha iniciado as atividades econômicas ligadas ao latifúndio, distancia-se deste para se transformar num dos maiores impérios comerciais do Médio Parnaíba através da Casa Almendra, ligada a exportações de produtos do extrativismo e importação. Do outro lado, o clã Pires Ferreira mantinha-se arraigado ao latifúndio<sup>36</sup>.

Dessa forma, no Piauí, as mudanças dificilmente ocorreriam, principalmente pelo perfil dos grupos que pleiteavam o poder. A riqueza era controlada pelas duas famílias, que apostavam no modelo agrário exportador – fortemente impactado pela crise de 1929 – impedindo que o estado acompanhasse o desenvolvimento econômico e social que por que passava o país.

A disputa política não levou à eliminação ou, pelo menos, à minimização da força das elites políticas estaduais. “Ocorreu, na verdade, a consolidação dos costumes políticos ligados ao

33 SILVA, op.cit, p. 67.

34 DE DEUS, op.cit., p. 98.

35 Ibid, p. 98-99.

36 NASCIMENTO, Francisco Alcides. A revolução de 1930 no Piauí. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1994.p.30.

familismo<sup>37</sup>. O novo quadro político criado não mudara os arranjos entre as elites e as práticas daqueles que ascendiam ao poder.<sup>38</sup>

O movimento de 4 de outubro de 1930 que pregava a mudança dos costumes políticos herdados da República Velha, em nada contribuiu para modificar a cultura política do Piauí “revolucionário” quanto à adoção do clientelismo e do fisiologismo como prática política, pois as disputas continuavam provocadas pelas nomeações políticas que persistiam obedecendo a critério de ordem familiar. Assiste-se ao agravamento da situação, que se tornara mais complexa devido à participação do setor militar, que era utilizado politicamente pelas *velhas raposas* do Estado, numa relação instrumental entre os dois grupos pela permanência no poder sem nenhuma identificação de ordem ideológica ou de lealdade aos princípios defendidos pelo tenentismo<sup>39</sup>.

Os movimentos da década 1920 e 1930 no Piauí foram motivados, acima de tudo, pela disputa da hegemonia política no estado. Uma nova forma de pensar e fazer política não surgia daquela correlação de forças, levando a concluir que a luta era entre os velhos coronéis que já compunham e se revezavam na cena política do estado. Mesmo com a entrada dos Interventores – indicados pelo poder central – a partir da década de 1930, como será observado, os grupos políticos tradicionais conseguiram manter sua força política no estado.

Em 1930, na cena política brasileira, houve a entrada de Getúlio Vargas após o movimento civil-militar do mesmo ano, trazendo um gaúcho ao poder, depois de décadas de mando político de São Paulo e Minas Gerais à frente do Governo Federal. O governo provisório de Getúlio durou até 1934, quando este foi reconduzido no cargo para o período de 1934 a 1937<sup>40</sup>. Em 1937, ocorreu um golpe de Estado, no qual Getúlio continuou à frente da Presidência e estabeleceu o chamado Estado Novo.<sup>41</sup>

37 DE DEUS, op.cit., p. 99

38 Havia um claro confronto entre duas facções do Partido Republicano Piauiense (PRP): uma comandada pelo governador João de Deus Pires Leal – o “Joca Pires” – e pelo marechal Pires Ferreira; a outra era liderada por Matias Olimpio de Melo e por Hugo Napoleão do Rego (NASCIMENTO, 1994, p. 99). “A situação política estava definida antes da Revolução de 30, entre duas facções do PRP que ficavam se revezando no Governo sem que houvesse possibilidade de mudança real no poder piauiense” (SILVA, 1999, p. 145). No Piauí, o movimento de 30 ficou marcado pela deposição de Joca Pires do Governo do Estado e, conseqüentemente, a queda do prestígio político da família Pires Ferreira. Em contrapartida, “ascendia a facção chefiada pelo Dr. Mathias Olympio, através do cunhado Humberto de Arêa Leão, apoiado por Hugo Napoleão do Rego e a família Almendra Freitas” (SILVA, 1999, p. 90).

39 SILVA, op.cit., p. 145.

40 O Governo Provisório convocou eleições para a Assembleia Constituinte, que também deveria eleger o presidente da República. As eleições ocorreram em 1933, sob novas regras eleitorais, que introduziram o voto secreto e fora criado a Justiça Eleitoral, na tentativa de diminuir as recorrentes fraudes existentes no período da Primeira República. Nessas eleições também, as mulheres ganharam o direito ao voto. Houve a representação classista, ou seja, deputados escolhidos pelos sindicatos (CARVALHO, 2007, p. 101). As eleições indiretas no âmbito da Constituinte consagraram Getúlio Vargas como vencedor. Em 1934, a nova Constituição fora aprovada, institucionalizando um modelo liberal, e também federalista como previa a Constituição anterior, de 1891, que favorecia as oligarquias regionais, em vez de reforçar o controle do Governo Federal sobre estas.

41 No dia 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas dissolveu o Congresso Nacional e outorgou a nova Constituição brasileira, dando início ao período conhecido como Estado Novo. Vargas passou a ter poderes ditatoriais nos seus oito anos de governo, onde centralizou o poder político do país, diminuindo o poder dos Estados frente à União, mesmo com a continuidade do arranjo federativo.

No Piauí, esse período foi marcado pelo governo do interventor militar Landry Sales, entre 1931 e 1935, e da gestão, entre 1935 e 1945, de Leônidas de Castro Mello – o político que mais tempo ficou à frente da máquina estadual, consecutivamente, assim como Getúlio Vargas com relação ao país.

Landry Sales era tenente e, apesar de não ter ligações com os grupos políticos do estado, tinha forte respaldo político e militar, já que fazia parte do Clube 3 de Outubro, organização tenentista mais importante naquele momento de indefinição e crise política pela qual atravessava o país. Naquele momento, os tenentes tinham forte poder dentro das decisões do Governo Provisório de Getúlio Vargas<sup>42</sup>.

O período foi marcado por grande controle, por parte do Governo Federal, e tentativa de alijamento das lideranças oligárquicas piauienses do processo político. Como afirma Silva, para evitar instabilidade política, o governo do Interventor “resolveu baixar duras medidas, inclusive, a censura à imprensa, e ameaçou de punição pessoas que veiculassem boatos tendenciosos em torno da administração do Estado e à situação do País”<sup>43</sup>. Os cargos de primeiro escalão do governo foram ocupados por militares da confiança do Interventor, o que representou a força deste na condução da máquina estadual.

A Secretaria Geral do Governo é o órgão que vai explicitar o caráter centralizador do Governo Revolucionário e irá supervisionar as diretorias da Fazenda; Interior e Justiça; Viação e Obras Públicas; Instrução e Agricultura; Saúde Pública; e Chefatura de Polícia<sup>44</sup>.

Devido à forma centralizada com que geria a máquina pública, o Governo Landry Sales trouxe alguns ganhos ao seu funcionamento, pois iniciou mudanças na gestão administrativa do Estado, principalmente no setor da educação e da agricultura. Quem deu continuidade à gestão de Landry Sales foi Leônidas Mello, que governou o estado, de forma constitucional entre 1935 e 1937 e após o Golpe de Getúlio, como Interventor, de 1937 a 1945. Leônidas não pertencia a nenhuma família piauiense importante, como se observa nesta passagem da tese de Roberto John Silva:

O médico Leônidas de Castro Mello foi o político que mais tempo governou o Estado do Piauí em mandatos consecutivos, em um momento conturbado da vida política nacional - de 3 de maio de 1935 a 29 de outubro de 1945. O que chama a atenção é que não pertencia a família importante no Estado. Ao contrário, era filho de uma modesta família de comerciantes de Barras,

42 SILVA, op.cit., p. 98

43 SILVA, op.cit., p. 99-100

44 Ibid.

no Norte do Piauí . Trata-se do típico profissional liberal que, pelas qualidades individuais, é cooptado pelo tenentismo após a Revolução de 30. A credibilidade de Leônidas Mello, junto à comunidade piauiense, deveu-se à circunstância de, depois de formado, haver chegado ao Piauí como médico assistente do deputado Armando Burlamaqui e o tê-lo acompanhado em sua excursão pelas principais cidades do Estado. Esse fato deu-lhe uma boa projeção profissional, tornando-o conhecido como médico não só em Teresina como no interior<sup>45</sup>.

Durante os dez anos à frente do governo estadual, Leônidas Mello conduziu as contas públicas com certo rigor, apesar de ter recaído nas velhas práticas políticas ligadas à Primeira República.<sup>46</sup> Leônidas caiu juntamente com o Governo Vargas, que estava enfraquecido diante das pressões de segmentos políticos e militares em torno do processo de abertura e democratização.

#### 4 Política piauiense no contexto democrático de 1945 a 1964

Nos últimos meses de vigência do Estado Novo – ainda sob o governo de Getúlio Vargas no nível federal, e dos Interventores nos níveis estaduais – o governo decretou um código eleitoral provisório (Lei nº 7.586 de 28 de maio de 1945, conhecida como “Lei Agamenon”<sup>47</sup>) que regulamentaria as eleições para a Assembleia Constituinte e para a Presidência da República. Como afirma Schmitt<sup>48</sup>, foi essa Lei “que introduziu na legislação eleitoral brasileira a exigência de organização em bases nacionais para o registro de partidos políticos pelo Tribunal Superior Eleitoral”. Deveria ser concedido o registro provisório aos partidos que fossem apoiados por pelo menos dez mil eleitores distribuídos em pelo menos cinco estados.

Dessa forma, em 1945, ocorreu a primeira eleição num contexto democrático e multipartidário no Brasil. Foram organizados e fundados partidos como a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que foram os três maiores do cenário político brasileiro no período de 1945 a 1964<sup>49</sup>.

O PSD, formado por partidários de Getúlio Vargas, teve como presidentes eleitos o Marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e Juscelino Kubitschek (1956-1961). Foi o mais

45 Ibid.p.121.

46 Como ressalta Silva, o governador Leônidas Mello “não escapou da prática de nepotismo, ao nomear desembargador, seu irmão Eurípedes de Mello que não constava na lista indicada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, aposentando três desembargadores, fato este que quase se transforma numa crise institucional Termina seu Governo praticamente isolado em 1945, após fundar o Partido Social Democrático por recomendação de Getúlio Vargas, de quem era um fiel seguidor” (1999, p. 146).

47 O nome da Lei faz referência ao elaborador da proposta, Agamenon Magalhães, então Ministro da Justiça.

48 SCHMITT, Rogério. Partidos políticos no Brasil (1945-2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.p.12

49 Outros partidos surgiram no período, contudo, com menor expressão eleitoral: o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Republicano (PR), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Trabalhista Nacional (PTN), o Partido Libertador (PL), o Partido Social Trabalhista (PST), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Rural Trabalhista (PRT), o Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

expressivo partido desse período, elegendo as maiores bancadas no Congresso Nacional nos pleitos disputados. Foi também o único partido que conseguiu se organizar em todos os estados brasileiros. Como afirma Rogério Schmitt, “o PSD foi o único partido que conseguiu se organizar em todas as unidades da federação para a disputa das eleições de 1945, o que já mostrava a sua nítida vocação governista”<sup>50</sup>.

Leônidas Mello fundou o PSD no Piauí no dia 17 de junho de 1945. O partido, com o apoio de Getúlio, teve sua estrutura organizacional amplamente difundida nos estados brasileiros, como forma de garantir apoio à candidatura do Marechal Eurico Gaspar Dutra à presidência<sup>51</sup>. No Piauí, a agremiação partidária aglutinou grupos políticos tradicionais com os Almendra Freitas e os Gayoso e Almendra.

O PTB foi o partido criado por Getúlio, dando-lhe suporte político juntamente com o PSD. Foi o terceiro partido mais expressivo do período, tendo significativo crescimento entre as legendas partidárias, suplantando a UDN em 1962. Originalmente, foi organizado dentro da máquina estadonovista, assim como o PSD. Teve sua existência fortemente vinculada à estrutura sindical corporativa montada por Vargas na década de 1930<sup>52</sup>.

A UDN surge como oposição a Getúlio e aos partidos a ele ligados: PTB e PSD. Este foi o segundo partido mais forte do período. Sua existência derivou do “famoso Manifesto dos Mineiros (de outubro de 1943), que reivindicava a democratização das instituições políticas nacionais”<sup>53</sup>. Este foi o único dos três grandes partidos nacionais que não tinham vínculos com a estrutura estadonovista<sup>54</sup>. O intuito era suprimir a força política de Vargas no cenário político brasileiro. Por isso, os opositores se uniram em torno do partido, dando um caráter heterogêneo à organização.

No Piauí, a UDN seguiu o padrão nacional, tendo em seus quadros diferentes estirpes de políticos, recebendo adesão de setores urbanos e também de lideranças ligadas às velhas oligarquias. Segundo Silva,

assinaram a Ata da Fundação da União Democrática Nacional, entre os 71 representantes dos diversos Estados, os piauienses: *Mathias Olympio de Melo, José Cândido Ferraz, Adhelmar Rocha, e Jurandyr Pires Ferreira*. Observa-se que o quadro piauiense reproduz a heterogênea composição udenista. Mathias Olympio fora um dos comandantes da revolução de 30 no Piauí e agora se debatia contra os getulistas. Dessa forma é criada a UDN

50 SCHMITT, op.cit., p. 14

51 SILVA, op.cit., p. 138

52 SCHMITT, op.cit., p. 17

53 Ibid.p.16.

54 Segundo Edson Nunes (2003), a partir de 1945, com o retorno ao regime democrático, houve o reforço das relações clientelistas e a manutenção das relações corporativistas já impostas desde a década de 1930, com Getúlio Vargas. Isso se deveu, em grande parte, à forma como o PSD e o PTB foram criados – no interior do Estado, formando a “coalizão de fato” para a patronagem. A UDN não mostrou identidade uniforme, pois oscilava entre a política clientelista e a defesa do universalismo de procedimentos.

# HISTÓRIA E CULTURAS

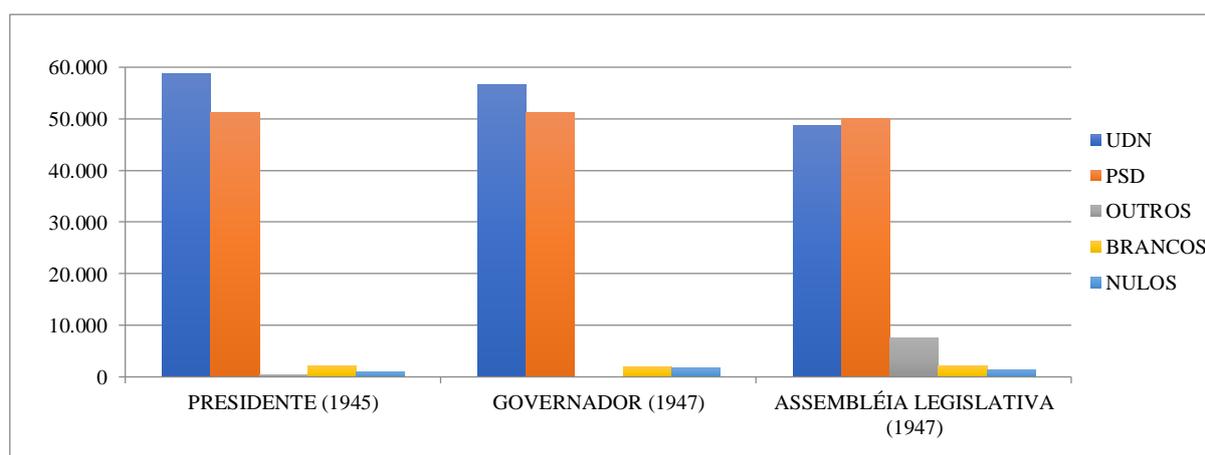
DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA E PODER LOCAL

piauiense aglutinando em seu interior chefes políticos tradicionais que haviam sido contrariados no Estado Novo e jovens “doutores” que retornavam ao Piauí com idéias renovadas, pertencentes a famílias políticas importantes<sup>55</sup>.

Ao contrário do que ocorreu no cenário nacional, que teve a eleição de Dutra do PSD como presidente, no Piauí a UDN elegeu o governador José da Rocha Furtado. O Gráfico 1 ilustra o desempenho eleitoral do PSD e da UDN no Piauí, tendo a UDN conquistado a maioria dos votos, tanto para a Presidência quanto para o Governo do Estado. Contudo, o PSD conquistou a maioria na Assembleia Legislativa. Por isso, durante seu mandato, José da Rocha Furtado deparou-se com forte oposição do PSD, que contava com políticos vinculados ao período estadonovista, comandados pelo ex-governador Leônidas Mello<sup>56</sup>.

23

**Gráfico 1 - Eleições 1945 e 1947: votação para Presidente, Governador e Deputado Estadual – Piauí.**



Fonte: Silva (1999).

Como destaca Silva<sup>57</sup>, das 32 cadeiras em disputa na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, o PSD conquistou 17, a UDN elegeu 14 e o PTB apenas um deputado. Além da oposição no Legislativo, o Governo estadual encontrou uma situação econômica desfavorável, pois, justamente nesse período, houve a derrocada da exportação da cera de carnaúba pelo estado. A UDN não resistiria por muito tempo à frente do controle da máquina estadual diante da conjuntura existente e da força que a oposição passou a ter ao longo do mandato.

55 SILVA, op.cit., p. 148

56 Ibid. p.151.

57 Silva, op.cit., p. 154-155.

# HISTÓRIA E CULTURAS

DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA E PODER LOCAL

Nas eleições de 1950, o PSD conseguiu reagir, elegendo o Governador Pedro de Almendra Freitas<sup>58</sup>, obtendo 44,95% contra 44,15% de Eurípedes Clementino de Aguiar<sup>59</sup> da UDN. A margem da vitória, assim, foi de apenas 0,7% dos votos, o que mostra o equilíbrio existente entre as duas forças políticas no Estado. Isto também foi notado na composição da Assembleia Legislativa, onde, das 32 cadeiras, a UDN conseguiu 15 e o PSD, um pouco menos, 14. Os outros partidos que conquistaram cadeiras foram o PTB, com duas, e o PSP com uma. Segundo Silva, os “dois últimos partidos, na prática legislativa, ora se aliam com a situação representada pelo PSD, ora com a oposição representada pela UDN”<sup>60</sup>.

As eleições de 1950 no Piauí, em síntese, trouxeram novamente ao governo estadual um representante da elite tradicional agrário-exportadora do Estado, na figura de Pedro Freitas, do PSD. O grupo ligado ao então governador passaria a ditar o curso da política no estado.

É a partir da vitória de Pedro Freitas, como Governador do Piauí que é iniciada a hegemonia da família Almendra Freitas, constituindo-se uma nova oligarquia que perdura dominando, hegemonicamente, até os anos 90, quando tem início uma perda de poder político eleitoral. Essa família foi se consolidando e ramificando, através de casamentos com outras grandes famílias e na cooptação de jovens lideranças<sup>61</sup>.

Em 1954, na sequência sucessória, houve a eleição do cunhado de Pedro Freitas, o Coronel Jacob Manuel Gayoso e Almendra<sup>62</sup> do PTB, numa articulação com o PSD. O governador eleito conseguiu 48,03% dos votos contra 40,24% de Joaquim Lustosa Sobrinho da UDN. Na Assembleia Legislativa, o PSD elegeu 15 deputados, a UDN conseguiu 12 vagas, o PTB ficou com 04 e o PSP com apenas uma. O PSD, portanto, conquistou a maioria na Assembleia, acompanhado de perto pela UDN.

O governo Gayoso e Almendra dava, assim, continuidade ao projeto de poder iniciado por Pedro Freitas, enfraquecendo a força udenista do Estado, fortemente vinculada à capital, Teresina, que era composta por profissionais liberais e desejava mudanças em prol da “implantação de uma lógica produtiva que desencadeasse o início de um processo de industrialização no Piauí”<sup>63</sup>.

58 “Pedro de Almendra FREITAS é filho de José de Almendra Freitas, patriarca que dominou a região de Livramento (hoje José de Freitas) por longos anos. Tinha nível educacional básico, era um dos herdeiros de patrimônio comercial e político do pai. Entra efetivamente na política ainda no período da Aliança Liberal, auxiliando sua família na condução do jogo político em Livramento, onde dominava desde o início do século. Ele, no entanto, se identificava como comerciante, seguindo a outra atividade do pai, diferentemente dos outros irmãos que tinham atividades e formação intelectual” (SILVA, 1999, p. 170).

59 Eurípedes de Aguiar foi governador do Piauí entre 1916 e 1920 e senador de 1924 a 1930.

60 Silva. Op.cit., p. 173.

61 SILVA, op.cit., p. 176.

62 “Jacob Manuel Gayoso e Almendra era um militar com destacado prestígio junto ao Exército, o que lhe dava status social e político. Teve participação ativa na derrota dos paulistas na Revolução Constitucionalista de 1932, o que lhe rendeu um mandato de deputado estadual. Em 1947, enfrentou Rocha Furtado para Governador do Piauí quando foi derrotado. Agora, com a força do tio, conseguiu se eleger Governador do Piauí” (SILVA, 1999, p. 176-177).

63 SILVA, op.cit., p. 178.

De acordo com Silva, a força do governo pessedista seria estremeçada com as eleições de 1958. Isso porque José Gayoso de Almendra Freitas – filho de Pedro Freitas e sobrinho do governador – estava sendo preparado para assumir o Governo do Estado. Um mal-estar foi gerado, pois o grupo petebista, bastante fortalecido depois das eleições de 1954, era um dos partidos da base de apoio do Governo. A manutenção desse sistema oligárquico perdeu a consistência e uma nova coalizão de forças passou a existir<sup>64</sup>.

Os opositoristas ascenderam, em 1958, ao poder através da vitória de Francisco das Chagas Caldas Rodrigues<sup>65</sup> (PTB) nas eleições. Os dois partidos coligados – PTB e UDN – garantiram a vitória de Chagas Rodrigues com 48,03% dos votos contra 38,10% dados a José Gayoso de Almendra Freitas. Na Assembleia Legislativa, o PSD continuou com sua força política dominante, com 13 deputados eleitos, contra 09 da UDN, 07 do PTB e 03 do PSP. O PTB aumentou consideravelmente sua bancada, enquanto PSD e UDN reduziram sua representação. A UDN e o PTB, conjuntamente, possuíam a maioria na Assembleia, o que deu condições de governabilidade ao governo petebista.

Contudo, nova vitória para os Freitas se encaminhava em 1962. Petrônio Portella<sup>66</sup> da UDN venceu as eleições para o Governo do Estado com o apoio do PSD, sucedendo, portanto, o governo de Chagas Rodrigues (PTB) e do vice Tibério Nunes (UDN) que acabou assumindo o governo no final do mandato.<sup>67</sup> Petrônio conseguiu 48,76% dos votos contra 31,59% de Constantino Pereira de Souza (PTB), conquistando, portanto, larga margem de votos sobre o adversário.

O candidato udenista venceu as eleições depois de se casar com a filha de seu ex-inimigo político Pedro Freitas (PSD). As elites políticas tradicionais do Estado voltariam, portanto, ao centro do poder da política piauiense. Sobre o que representou a vitória de Petrônio para a formação política piauiense, De Deus afirma que “Petrônio Portella foi o mentor do sistema oligárquico que só entrou em declínio em 1990”<sup>68</sup>.

64 Ibid.p. 179.

65 A candidatura de Chagas Rodrigues deu-se “por contingências de um acidente automobilístico que vitimou, fatalmente, o candidato a Governador da UDN, Demerval Lobão, o que levou o partido a substituí-lo por Chagas Rodrigues. A eleição de Chagas Rodrigues foi consolidada em 48 dias antes do pleito, elegendo-se o primeiro e único Governador petebista da história do Piauí. Chagas Rodrigues foi Deputado Federal pela UDN em 1951, onde permaneceu por pouco tempo, quando ingressou ainda durante o seu mandato para o PTB. Chagas Rodrigues havia estudando no Recife e no Rio de Janeiro e sempre tivera posições de esquerda. Rodrigues se auto-proclama ‘um social-democrata de esquerda’” (SILVA, 1999, p. 180-181).

66 Durante o governo do Coronel Jacob Manuel Gayoso e Almendra do PSD (1955-1959), o então deputado estadual Petrônio Portella (UDN) se destacou fazendo oposição ao governo, disparando uma série de denúncias contra o mesmo.

67 “Para candidatar-se a um cargo eletivo, o Governador Chagas Rodrigues enviou, dia 5 de julho de 1962, à Assembléia Legislativa, uma Mensagem renunciando ao cargo de Governador, de acordo com o Art. 139. IV da Constituição Federal de 1946. [...] Essa foi a primeira vez que um Governador renunciava ao seu mandato para candidatar-se ao cargo de Senador no Piauí. O Vice-Governador Tibério Nunes (UDN) assumiu o Governo do Estado no dia 6 de julho de 1962. Tratava-se de um udenista fiel a Petrônio Portella e logo que tomou posse começou a demitir todas as pessoas ligadas ao ex-Governador Chagas Rodrigues, que havia rompido com a coligação ‘Oposições Coligadas’, com a qual havia sido eleito em 1958” (SILVA, 1999, p. 196-197).

68 DE DEUS, op.cit.p.100.

O PTB, naquelas eleições, elegeu a maior bancada da Assembleia, com 16 deputados, contra 13 da UDN, 08 do PSD, 04 da coalizão PSP/PST/PRT e um do PDC. No entanto, a bancada governista ficou com 26 deputados contra 13 dos opositores. Petrônio Portella, portanto, assumiu o poder com ampla maioria, permitindo maior governabilidade e acesso aos recursos de poder para seu grupo político.

### 5 Governos militares e o contexto político piauiense pós-1964

O golpe de 1964 impossibilitou a continuidade do regime democrático e pluripartidário vigente desde 1945. Segundo Carvalho, a “democracia foi a pique” em 1964 devido à falta de convicção democrática das elites, tanto de esquerda quanto de direita. A corrida se tornou pelo poder e não pela representação democrática. Tanto os grupos de direita quanto os grupos de esquerda preparavam um golpe nas instituições políticas brasileiras. A direita repudiava as reformas defendidas pela esquerda e queria evitar um golpe comunista-sindicalista. A esquerda queria eliminar os obstáculos às reformas, neutralizando a direita. A conciliação, prática própria da democracia, foi abandonada em prol dos projetos de poder de ambos os grupos.

À falta de convicção democrática das elites aliou-se a ausência de organizações civis fortes e representativas capazes de atuarem como mediadores nesse processo que beirava à radicalização. João Goulart (PTB) foi deposto através do golpe militar, apoiado por organizações civis de direita e pela UDN. Contudo, os políticos da UDN “foram surpreendidos pela decisão dos militares de assumir o poder diretamente”<sup>69</sup>. O período ditatorial brasileiro transcorreu até meados da década de 1980, limitando os direitos civis e políticos, facilitando, dessa forma, o fortalecimento dos grupos políticos ligados aos militares no cenário político brasileiro.

No caso do Piauí, a elite política tradicional do Estado, fortalecida com a entrada de Petrônio Portella no poder, teve sua força política consolidada durante o período ditatorial. Petrônio, que era governador no período em que decorreu o golpe, “esboça uma reação divulgando um documento em favor da legalidade com Jango. No entanto, 24 horas depois aderiu à causa da chamada revolução e passou a receber a confiança dos chefes militares”<sup>70</sup>.

O governo militar teve como umas de suas primeiras preocupações o expurgo de tudo que poderia alterar a nova ordem estabelecida, demitindo dos cargos públicos os inimigos políticos e reprimindo todo e qualquer movimento contra a ditadura. Os instrumentos legais, para isso, foram

69 CARVALHO, op.cit., p. 158

70 SILVA, op.cit., p. 209

os 17 atos institucionais regulamentados por 104 atos complementares do período, conferindo alto centralismo às ações do governo.

O Ato Institucional nº1 (AI-1), em 1964, cassou os direitos políticos de grande número de líderes políticos, sindicais e intelectuais e de militares, além de forçar a aposentadoria de funcionários públicos civis e militares<sup>71</sup>. Em 1965, o Ato Institucional nº 2 (AI-2) aboliu a eleição direta para a presidência da República e, através do Ato Complementar nº4 (AC-4), definiu as regras para a reorganização partidária, dissolvendo os partidos políticos criados no regime anterior, dando um prazo de 45 dias aos congressistas para a criação de novas agremiações partidárias.

O AC-4 exigia que as organizações partidárias provisórias registrassem, cada uma, a filiação de no mínimo 120 deputados federais e 20 senadores. Vale lembrar que, naquela legislatura, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal eram integrados por 409 e 66 membros, respectivamente. Do ponto de vista estritamente matemático, até três novos partidos poderiam ter sido organizados na arena parlamentar. Mas essa, claramente, não era a intenção do governo militar. Se, por um lado, o regime autoritário queria evitar a criação de um sistema de partido único, por outro também não queria reproduzir a alegada fragmentação partidária do período precedente. Restava então a alternativa do bipartidarismo, característico das democracias anglo-saxãs (Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo)<sup>72</sup>.

Dessa forma, um sistema bipartidário fora criado artificialmente. Lembra Schmitt que as organizações partidárias provisórias previstas pelo regime militar tiveram atribuições de partidos políticos, mas não receberam na legenda a palavra “partido”<sup>73</sup>. Fora criado, do lado governista, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e, do lado oposicionista, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Entre 1965 e 1966, a ARENA recebeu o maior número de filiações, conseguindo obter 62,8% da representação na Câmara dos Deputados e o MDB apenas 32,4%. No Senado, a ARENA obteve 69,2% da representação e o MDB conseguiu 30,8%.

A ARENA dominou as duas primeiras eleições do período ditatorial, vencendo os pleitos para o Congresso com ampla maioria. Contudo, a partir de 1974, houve forte queda da representação do partido, o que indicava um indício do enfraquecimento do regime ditatorial. O MDB, que tinha um papel de oposição quase figurativo, aumentou consideravelmente sua representação, conseguindo 44% das cadeiras na Câmara e 72,7% das cadeiras disputadas para o Senado, nas eleições de 1974. O partido ganharia força, sendo, posteriormente, um dos principais atores políticos no processo de transição ao regime democrático.

71 CARVALHO, op.cit., p. 160

72 SCHMITT, op.cit., p. 32

73 SCHMITT, op.cit., p. 32

# HISTÓRIA E CULTURAS

DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA E PODER LOCAL

No Piauí, a reorganização dos partidos políticos durante o regime ditatorial, como aconteceu no nível federal, consolidou ainda mais a força do grupo político ligado a Petrônio Portella, que se tornou um dos principais nomes da ARENA no nível nacional, chegando a ocupar, quando era senador, a liderança, a presidência do partido e a presidência do Senado Federal<sup>74</sup>.

Mesmo tendo sido eleito senador, em 1966, o grupo político, comandado por Petrônio, no estado, continua a exercer o poder. Segundo Silva,

[...] o surgimento de novas lideranças políticas no Piauí, até a morte de Petrônio, em 1980, passava pelo seu crivo, em face o prestígio que ele adquiriu nas esferas decisórias do Poder Militar. Nenhuma delas tinha autonomia para conquistar espaços de poder junto aos militares face à sua forte presença no cenário político estadual e nacional. Todas as questões relativas ao Piauí tinham que passar pelo seu crivo<sup>75</sup>.

A força política do grupo político de Petrônio foi ampliada, durante o período, pois o ex-governador participava da indicação dos governadores do estado. Aliada à força do político frente à ARENA no nível nacional e estadual, as práticas clientelísticas, baseadas no compadrio, foram meios encontradas para enraizar o poder de seu grupo à frente da máquina estadual piauiense<sup>76</sup>. A única exceção do período foi a indicação de Alberto Silva para o Governo do Estado, em 1970, nome este vinculado aos interesses restritos dos militares; pois, segundo Silva, havia certo receio sobre a influência de chefes estaduais na indicação de governadores<sup>77</sup>.

O desempenho eleitoral da ARENA, no Piauí, fortaleceu ainda mais o grupo de Petrônio. Em 1966, conquistou 34 cadeiras (80,95%) na Assembleia contra 08 do MDB (19,04%). Em 1970, o número de cadeiras na Assembleia caiu de 42 para 21, ficando o MDB com apenas 04 cadeiras (19,04%) e a ARENA com 17 (80,95%), mantendo os percentuais da eleição anterior.

A diferenciação com relação ao caso nacional emergiu a partir de 1974, quando a ARENA teve forte declínio na disputa no Congresso, enquanto, no Piauí, a sigla obteve expressivos resultados. A agremiação conseguiu 20 cadeiras (83,33%) e o MDB apenas 04 (16,67%) na Assembleia. Em 1978, a ARENA manteve sua preponderância no Estado, mesmo com o abrandamento do regime, o que evidencia a força do grupo político arenista piauiense. Das 24 vagas para a Assembleia, o MDB conquistou apenas 03 (12,50%) enquanto a ARENA conseguiu 21

74 Com a saída de Petrônio, Helvídio Nunes de Barros assume o Governo do Estado através do voto indireto, em 1966.

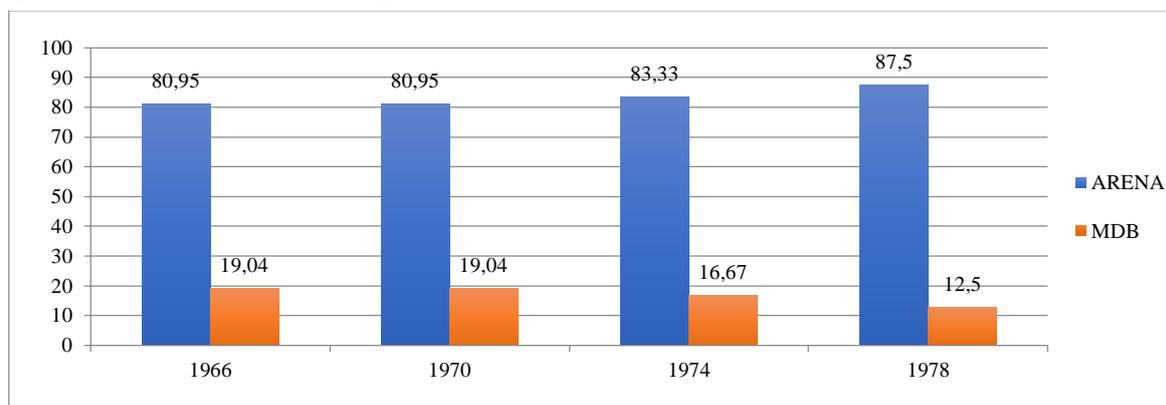
75 SILVA, op.cit., p. 230.

76 Ibid. p. 232.

77 "Petrônio sofre a sua primeira derrota política no Estado do Piauí, com a indicação de um Governador de fora de sua área de influência, o ex-prefeito e ex-deputado estadual pela UDN, o engenheiro Alberto Tavares Silva. Apesar dos esforços do Senador Petrônio e do então Governador Helvídio Nunes, o novo Governador foi indicado pelos generais, a partir da indicação do ministro César Cals de Oliveira, do ex-Governador do Ceará, Virgílio Távora e do Senador Flávio Marcílio, que eram casados com irmãs da mulher de Alberto Silva" (SILVA, 1999, p. 236).

cadeiras (87,50%). A força dos partidos na Assembleia piauiense, durante o período de 1966 a 1978, pode ser observada no Gráfico 2.

**Gráfico 2 – Eleições de 1966 a 1978: proporção de cadeiras conquistadas pelos partidos na Assembleia Legislativa do Piauí (%).**



Fontes: Tribunal Regional do Piauí (TRE-PI) e Silva (1999).

Não bastasse a força na Assembleia Legislativa, a ARENA ainda obteve elevados resultados eleitorais para Câmara Federal e Senado, tendo em todas as eleições forte domínio. Os eleitos para o Senado e a maioria absoluta dos deputados federais eleitos eram da ARENA, tendo o ápice de sua força, no ano de 1978, no qual todos os deputados federais escolhidos no Estado eram arenistas. Somado a isso, a ARENA obteve sua maior bancada, em proporção, na Assembleia Legislativa. O grupo político ligado a Petrônio mantinha o controle do poder no Estado, mesmo estando o regime militar em plena queda e o MDB, em contrapartida, em pleno crescimento no cenário nacional.<sup>78</sup>

Fazendo um balanço da história política do país, percebe-se que, durante o período republicano brasileiro, foi notória a existência de momentos de instabilidade política delineados pela disputa entre os principais grupos. Essa dinâmica se reproduziu nos estados, onde os grupos tradicionais disputaram e se revezaram nos governos estaduais.

No caso do Piauí, o pouco dinamismo econômico do estado e a relação de dependência estabelecido entre a elite política e as clientelas evitou a entrada de novos atores políticos e grupos na máquina pública. As elites tiveram a seu dispor o capital político necessário para sua continuidade à frente do governo estadual e dos cargos eletivos do estado.

<sup>78</sup> Os outros governadores arenistas escolhidos, respectivamente, Dirceu Mendes Arcoverde (1975-1978), Djalma Martins Veloso (1978-1979) – primo de Petrônio Portella – e Lucídio Portella Nunes (1979-1983) – irmão de Petrônio.

Portanto, a formação política piauiense lançou as bases para a construção de um subsistema partidário com características conservadoras e excludentes. Nesse sentido, Cleber de Deus afirma que:

[...] mesmo com o advento da criação da estrutura burocrática do Estado brasileiro, as elites piauienses, através da simbiose com o poder público – via política clientelista de distribuição de cargos entre parentes e apaniguados – encontraram as condições para a sua sobrevivência e reprodução<sup>79</sup>.

Desde o Império, o Piauí foi marcado por uma formação política que tendeu a restringir o acesso ao poder político. A implantação do regime republicano criou as condições propícias para a consolidação do poder dos proprietários rurais. Os latifúndios forneciam a principal base da economia e, com isso, articularam um sistema de dominação política que provocou efeitos duradouros na organização das relações dentro do estado<sup>80</sup>.

O Piauí estabeleceu-se numa forte dependência ao poder central, desde o Império. O reforço do poder de mando das elites piauienses sempre esteve vinculado à debilidade política e ao pouco dinamismo da economia do estado. A relação de dependência ao governo central garantia o poder de mando das elites nas suas localidades. Sobre isso, Bonfim e Silva afirmam:

Em conseqüência, talvez fosse o caso de afirmar que não poderemos encontrar na história estadual momentos de consolidação de tendências autonomistas diante do poder central, o que, dito de outro modo, implica propor que ao caráter hierárquico e autoritário da formação política – algo compartilhado com a história política brasileira – somou-se uma posição de subserviência e marginalidade da Província e, mais tarde, do Estado, em relação ao governo nacional<sup>81</sup>.

A trajetória política piauiense tem forte ligação aos grupos que, durante décadas, dependeram diretamente da máquina pública para sua sobrevivência política e manutenção do *status quo*. Os processos políticos atuais, portanto, têm forte ligação com a herança histórica do estado, influenciando na formatação da estrutura política piauiense.

O arranjo multipartidário instituído a partir de 1979 possibilitou a ampliação da disputa para os cargos eletivos, durante a década de 1980, levando ao surgimento de novos arranjos de poder nos cenários políticos estaduais. No entanto, o modelo oligárquico construído historicamente foi um freio à renovação política logo no processo de redemocratização.

79 DE DEUS, op.cit., p. 97.

80 Ibid. p. 97-98.

81 BONFIM; SILVA, op.cit., p. 111

### 6 Atores políticos estaduais no novo contexto multipartidário piauiense

A entrada de novos atores no cenário político brasileiro começou a se processar a partir do retorno ao multipartidarismo, com a Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, no momento em que a ditadura militar começou a flexibilizar o regime autoritário, apontando o início do processo de redemocratização. A lei extinguiu a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), possibilitando a criação de novos partidos e, conseqüentemente, o rearranjo do sistema político brasileiro.

A Lei nº 6.767/79, que reforma a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, estabelecia também cláusulas de desempenho. Esta determinava que:

Teriam direito a funcionamento os partidos que, por um lado, conseguissem, na eleição seguinte para a Câmara dos Deputados, 5% dos votos nacionais e 3% em nove estados diferentes e, por outro, tivessem entre os seus fundadores 10% dos deputados federais e 10% dos senadores. O princípio da fidelidade partidária não seria aplicável à fundação de novos partidos. Mas, para possibilitar a organização de partidos que tivessem dificuldades em cumprir os requisitos acima, a Lei nº 6.767 também estipulou que, até o final daquela legislatura, em março de 1983, qualquer número de congressistas poderia se agrupar em blocos parlamentares e requerer o registro de partido político<sup>82</sup>.

No período entre janeiro e maio de 1980 foram criados seis partidos. O Partido Democrático Social (PDS) foi o sucessor da extinta ARENA, tendo recebido quantidade significativa de integrantes deste partido, que apoiava o governo durante o período militar. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) recebeu o legado do extinto MDB. PDS e PMDB foram os principais partidos até 1985. As outras agremiações criadas foram: o Partido Popular (PP), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT)<sup>83</sup>.

O governo militar continuou a ter maioria no Congresso Nacional, já que o PDS (tendo herdado a estrutura organizativa da ARENA) passou a ter maior número de congressistas dentre os partidos. Com a criação das novas agremiações, a estratégia situacionista foi pautada no sentido de dividir a oposição, fortalecendo o partido do governo.

82 SCHMITT, op.cit., p. 48.

83 Ibid. p. 49.

“A reforma partidária tinha sido, na verdade, uma estratégia de longo prazo do regime militar para controlar a forma pela qual deveria transcorrer o processo de abertura política”<sup>84</sup>. Segundo Rogério Schmitt, com as eleições de 1982, o governo militar esperava que o eleitorado de oposição fragmentasse seus votos assim como fizera a classe política em torno dos vários partidos criados.<sup>85</sup>

Com um bom desempenho nas eleições de 1982, haveria grande possibilidade de o PDS conquistar a presidência nas eleições indiretas em 1985, pois este teria a maioria no Colégio Eleitoral – órgão responsável pela escolha do presidente, composto por membros da Câmara, do Senado e das Assembleias Legislativas.

O processo de passagem do regime militar para o democrático foi controlado de tal forma que os grupos políticos dominantes ainda conseguiram estender sua permanência nos cargos eletivos, reorganizando-se nos partidos políticos criados, principalmente o PDS. Dessa forma, os limites impostos ao surgimento dos partidos, com a existência de cláusulas de barreira e, conseqüentemente, a força do PDS limitou a mudança abrupta que o retorno ao multipartidarismo poderia promover.

O Pacote de Novembro de 1981 – nome dado às reformas eleitorais aprovadas através da Lei 6.978, de 19 de janeiro de 1982 – impôs a vinculação total do voto, ou seja, o eleitor deveria escolher candidatos de um mesmo partido para os cargos em disputa (vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador e governador). Como afirma Schmitt, isso poderia favorecer o PDS por este ter considerável influência nos municípios e estados brasileiros, contribuindo para o fortalecimento da legenda na disputa para o Congresso.

Essa legislação impunha aos partidos que estes apenas poderiam competir nas eleições se lançassem candidatos a todos os cargos eletivos. Com isso, as agremiações com menor força organizacional – o que não era o caso do PDS e do PMDB – não conseguiriam competir em todos os estados brasileiros.

O PP, diante das restrições à participação nas eleições, decidiu se fundir ao PMDB em 1982, não chegando, dessa forma, a competir. Conforme Schmitt, “a imensa maioria dos parlamentares do PP acabou se filiando ao PMDB para poder disputar as eleições de 1982”<sup>86</sup>. Com isso, a melhor saída foi a extinção da sigla. Esse tipo de amarras institucionais forçava a

---

84 SCHMITT, op.cit., p. 52.

85 Em 1982 ocorreu a primeira eleição direta desde 1965, para os cargos de governador, senador, deputado federal e estadual, vereador e prefeito, com exceção das capitais, zonas de segurança nacional e estâncias hidrominerais que ainda tiveram eleição indireta. Apenas em 1985, foram restabelecidas as eleições diretas nessas áreas.

86 SCHMITT, op.cit., p. 55.

continuidade da dinâmica bipartidária do período anterior, já que enfraquecia as agremiações partidárias que possuíam estruturas organizacionais mais frágeis.

Contudo, o pluripartidarismo voltou a ser mantido através da aprovação da Emenda Constitucional nº 22, de 29 de junho de 1982, que determinou a não aplicação da cláusula de desempenho à eleição daquele ano.<sup>87</sup> Mesmo assim, dos demais partidos que participaram do pleito de 1982, o PT conseguiu concorrer em 23 estados, o PDT em 13 e o PTB em 10<sup>88</sup>, ou seja, apenas o PDS e o PMDB concorreram às eleições em todos os estados, devido à estrutura política e organizacional herdada da ARENA e do MDB, respectivamente.

Considerando a força política da antiga ARENA, os resultados não foram totalmente favoráveis ao PDS. O partido elegeu 235 cadeiras de um total de 479 na Câmara Federal (49,1% das vagas), tendo o PMDB eleito 200 deputados, acompanhado do PDT com 23, o PTB com 13 e o PT com 08 (ver Tabela 1). No Senado, o PDS conseguiu ocupar 15 vagas de um total de 25 (60%), o PMDB conquistou 09 cadeiras e o PDT apenas uma (ver Tabela 2). Quanto ao desempenho nos estados, o PDS conseguiu mais de 50% das cadeiras em 12 Legislativos estaduais das 23 Assembleias Legislativas possíveis (ver Tabela 4).

Observe-se que o PDS conseguiu conquistar a maioria no Colégio Eleitoral, com 353 votantes de um total de 686. Essa vantagem apertada apontava para uma tendência de enfraquecimento do partido que tinha o apoio do regime militar, ainda mais considerando-se que o partido teve menor percentual de votos do que todos os partidos da oposição juntos (PMDB, PDT, PTB e PT). Contudo, conseguiu a maioria dos postos na Câmara e nas Assembleias legislativas.

No Nordeste, o desempenho do PDS foi bem superior do que em outras regiões, principalmente quando comparado ao Sudeste. Na eleição para a Câmara dos Deputados, observa-se que o PDS obteve 66,4% das cadeiras contra 33,6% do PMDB, no Nordeste, tendo o partido do governo obtido maioria também na região Norte. Já na Região Centro-Oeste, Sul e Sudeste, o PMDB obteve a maioria das cadeiras. O destaque foi a região Sudeste, onde o PDS obteve o menor percentual de número de cadeiras (35,5%) se comparado a outras regiões (ver Tabela 1).

**Tabela 1 - Eleições de 1982: proporção de cadeiras obtidas pelos partidos na Câmara dos Deputados – Brasil (%).**

Partidos	Nordeste	Sudeste	Norte	Centro-Oeste	Sul	BRASIL
PDS	66,4	35,5	59,6	40,6	42,7	49,1

87 O Art. 217 da Emenda à Constituição de 1967 explicita que “o disposto no item II do § 2º do art. 152 não se aplica às eleições de 15 de novembro de 1982.”

88 SCHMITT, op.cit., p. 54-56.

# HISTÓRIA E CULTURAS

DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA E PODER LOCAL

PMDB	33,6	42,6	40,4	59,4	48,8	41,8
PDT	-	9,5	-	-	8,5	4,8
PTB	-	7,7	-	-	-	2,7
PT	-	4,7	-	-	-	1,7

Fonte: Dados Eleitorais de Jairo Nicolau (IUPERJ).

No Sudeste, todos os outros partidos conseguiram eleger representantes para a Câmara Federal, diferentemente de outras regiões, onde apenas PDS e PMDB elegeram deputados federais. O Sul é a exceção entre as demais regiões, pois conseguiu eleger deputados pelo PDT. Dessa forma, pode-se concluir que boa parte da representação do PDS na Câmara se deu pela força do partido no Nordeste, pois, mesmo tendo alcançado percentuais mais baixos do que o PMDB nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, continuou tendo maioria na Câmara.

No Senado, o melhor desempenho do PDS foi no Nordeste, já que todos os senadores eleitos da região eram do partido. Na região Sudeste, não conseguiu eleger nenhum representante. Nas demais regiões, a disputa ficou praticamente entre PDS e PMDB. Dos 15 senadores eleitos pelo PDS, 09 são do Nordeste, de um total de 25 senadores eleitos naquele ano (ver Tabela 2). Isso indica, mais uma vez, a força política do PDS nos estados nordestinos.

**Tabela 2 - Eleições de 1982: número de cadeiras obtidas pelos partidos no Senado – Brasil.**

Partidos	Nordeste	Sudeste	Norte*	Centro-Oeste	Sul	BRASIL
PDS	9	-	3	1	2	15
PMDB	-	3	3	2	1	9
PDT	-	1	-	-	-	1
PTB	-	-	-	-	-	-
PT	-	-	-	-	-	-
Total	9	4	6	3	3	25

Fonte: Dados Eleitorais de Jairo Nicolau (IUPERJ).

\* O estado de Rondônia elegeu três senadores naquele ano. Todos filiados ao PDS.

Quanto às eleições no nível estadual, o PDS conseguiu eleger doze governadores no Brasil, sendo nove só na região Nordeste; ou seja, elegeu todos os governadores da região (ver Tabela 3). Assim como ocorreu nas eleições para o Senado, o PDS não conquistou governos no Sudeste. O partido também não elegeu nenhum governador no Norte, tendo eleito um no Centro-Oeste e dois no Sul, totalizando doze em todos os estados brasileiros. O PMDB ficou com 09 governadores, distribuídos, de forma dispersa, em todos os estados da região Sudeste, Norte, Centro-Oeste e Sul.

**Tabela 3 - Eleições de 1982: número de governadores eleitos nas regiões por partido – Brasil.**

Partidos	Nordeste	Sudeste	Norte	Centro-Oeste	Sul	BRASIL
PDS	9	-	-	1	2	12
PMDB	-	3	3	2	1	9
PDT	-	1	-	-	-	1
PTB	-	-	-	-	-	-
PT	-	-	-	-	-	-
Total	9	4	3	3	3	3

Fonte: Dados Eleitorais de Jairo Nicolau (IUPERJ).

É válido também analisar o desempenho do PDS na ocupação de cadeiras nas Assembleias legislativas. Seguindo o padrão das eleições para a Câmara, conquistou 66,6% das cadeiras contra 33,4% do PMDB, no Nordeste, tendo o partido do governo obtido maioria também na região Norte e Centro-Oeste. No Sul e Sudeste, o PMDB obteve a maioria das cadeiras. Na região Sudeste, o PDS obteve, novamente, o menor percentual de número de cadeiras (35,1%) se comparado a outras regiões (ver Tabela 4).

**Tabela 4 - Eleições de 1982: proporção de cadeiras obtidas pelos partidos nas assembleias legislativas – Brasil (%).**

Partidos	Nordeste	Sudeste	Norte	Centro-Oeste	Sul	BRASIL
PDS	66,6	35,1	50,5	50,3	44,2	50,3
PMDB	33,4	44,0	48,6	42,7	48,1	42,7
PDT	-	9,3	-	3,8	7,8	3,8
PTB	-	6,9	-	1,9	-	1,9
PT	-	4,6	0,9	1,4	-	1,4

Fonte: Dados Eleitorais de Jairo Nicolau (IUPERJ).

Pode-se observar, a partir das tabelas, que o PDS possuía sua força política extremamente concentrada na região Nordeste, enquanto, no Sudeste, conseguiu seu pior desempenho. Este é o indicativo de que as lideranças ligadas à ditadura militar tinham se consolidado no Nordeste, não sendo abalado, inicialmente, com o advento do multipartidarismo. A formação política, dessa maneira, importa para a compreensão da dinâmica político-eleitoral nos estados nordestinos pós-redemocratização, pois os atores tradicionais ligados à ARENA continuaram a exercer seu domínio nos cenários estaduais na região Nordeste.

No caso do Piauí, o grupo político arenista manteve-se forte ao longo de todo o período ditatorial, como foi visto anteriormente, mesmo com a queda da representação do partido na

Câmara e Senado durante a década de 1970. Em 1982, o PDS conseguiu eleger o governador Hugo Napoleão do Rego Neto, 17 deputados estaduais (63% das cadeiras da Assembleia Legislativa), 06 deputados federais (66,7% dos eleitos pelo estado) e o senador. O PMDB foi a outra força no estado, elegendo 10 deputados estaduais (37% das cadeiras) e 03 deputados federais (33,3% dos eleitos pelo estado) (ver Gráfico 3).

Hugo Napoleão (PDS) foi eleito com 58,7% dos votos, enquanto Alberto Silva (PMDB) obteve 40,4% do total. Os dois partidos conseguiram quase a totalidade dos votos, assim como ocorreu na maioria dos estados brasileiros.<sup>89</sup> O PT conseguiu uma votação inexpressiva, devido à pequena estrutura organizacional do partido no estado frente à força política dos candidatos do PMDB e, principalmente, do PDS.

O candidato derrotado, Alberto Silva, havia sido governador entre 1970 e 1974, com o apoio dos militares, como foi discorrido anteriormente. Alberto Silva era uma liderança política que vinha tentando contrapor-se à força estabelecida pelo grupo ligado a Petrônio Portella. Com a morte de Petrônio, em 1980, um vácuo político se abriu, e Alberto Silva apareceu como alternativa política. Este aparece como ameaça à quebra do poder hegemônico do grupo político arenista no estado<sup>90</sup>.

Contudo, o resultado das eleições de 1982 – no qual os pedessistas conquistaram a maioria das cadeiras no Legislativo estadual e federal – levou à vitória de Hugo Napoleão ao governo estadual, reafirmando a hipótese de que a formação política do estado limitou, inicialmente, a entrada de novos atores políticos no cenário estadual.

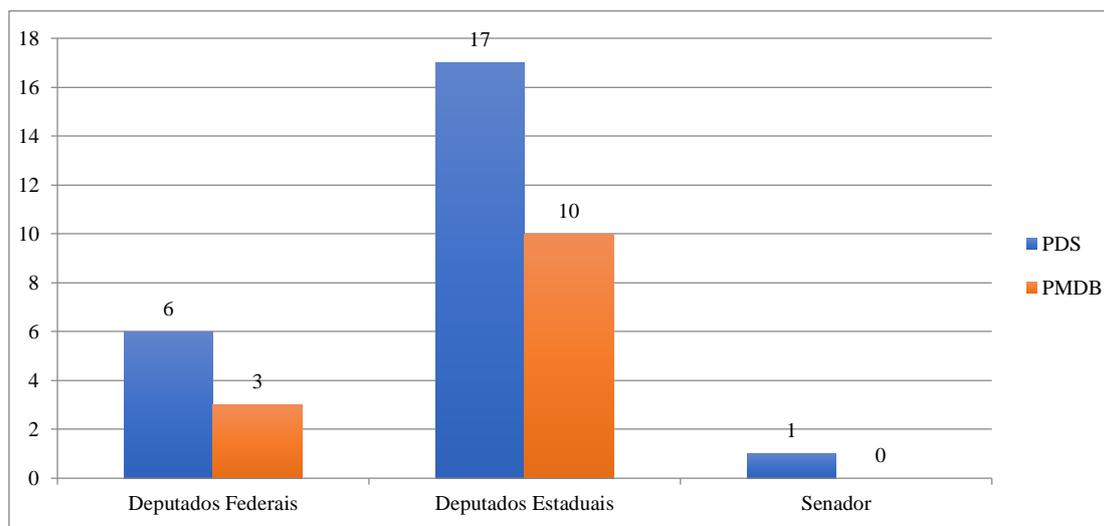
### **Gráfico 3 – Eleições 1982: número de cadeiras obtidas pelos partidos no Legislativo – Piauí.**

89 Apenas em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, as eleições para governador tiveram um padrão de competição diferenciado. Em São Paulo, dos partidos com mais expressão, o PT obteve 10,8%, o PTB 13,6%, o PDS 25,7% e o PMDB 40,9. No Rio de Janeiro, o PDT obteve 34,2%, o PDS 30,6%, o PMDB 21,5%, o PTB 10,7% e o PT 3,1%. No Rio Grande do Sul, o PDS obteve 38,2%, o PMDB 37,5%, o PDT 22,9% e o PT 1,5%. Houve menor concentração dos votos entre os partidos, diferentemente do que ocorreu em grande parte dos Estados brasileiros, onde a competição basicamente ficou concentrada entre o PMDB e o PDS, obtendo juntos mais de 90% dos votos.

90 SILVA, op.cit., p. 286

# HISTÓRIA E CULTURAS

DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA E PODER LOCAL



Fonte: Silva (1999).

O governador eleito, Hugo Napoleão era ligado ao grupo político que dominava há décadas o cenário político estadual, sendo representante de famílias tradicionais do estado (Almendra Freitas e Napoleão do Rego). Tinha, dessa forma, sua origem política vinculada à ARENA e, posteriormente, ao PDS.<sup>91</sup>

O partido do governador, PDS, entra internamente em atrito e o grupo político que dá sustentação ao partido se divide no nível nacional e estadual. Isso aconteceu diante da formação da Aliança Democrática, que uniu o PMDB a uma facção dissidente do PDS (Frente Liberal), em prol da candidatura de Tancredo Neves às eleições de 1985.<sup>92</sup> José Sarney foi escolhido como candidato à vice-presidência.

No Piauí, houve a divergência entre Hugo Napoleão e Lucídio Portella, ambos do PDS. O primeiro acenava para a Aliança Democrática e o outro apoiava a candidatura de Paulo Maluf do PDS. Em apoio a Hugo, o então Prefeito de Teresina, seu primo Antônio de Almendra Freitas Neto, do PDS, também decidiu apoiar a candidatura de Tancredo Neves<sup>93</sup>.

A chapa Tancredo Neves-José Sarney venceu a eleição para presidente, em votação indireta, realizada pelo Colégio Eleitoral. Logo após, Hugo Napoleão assumiu a criação do Partido da Frente Liberal (PFL) no estado, desvinculando-se politicamente de Lucídio Portella (PDS). Com

91 "Hugo Napoleão do Rego Neto pertence a dois troncos familiares tradicionais no Piauí. Os Almendra Freitas e Napoleão do Rego, que dominavam respectivamente os municípios de José de Freitas e União. [...] Ingressou na política piauiense como candidato a Deputado Federal, em 1974, elegendando-se com boa votação e foi reeleito em 1978. No Parlamento, participou da Comissão de Relações Exteriores da Câmara; liderou a ARENA e depois o PDS e mais recentemente o PFL, na condição de Senador. Em 1982, foi eleito Governador do Estado na primeira eleição direta para Governador pós 1964, e a Senador nas eleições de 1986 e 1994. Exerceu ainda as funções de ministro de Estado da Educação no Governo José Sarney" (SILVA, 1999, p. 279).

92 A Frente Liberal surgiu como uma facção do PDS, que era contrária ao candidato do Partido às eleições para a presidência – Paulo Maluf. A dissidência tinha como líderes, no nível nacional, Aureliano Chaves, José Sarney e Marco Maciel. A partir disso, tornou-se o Partido da Frente Liberal (PFL), em 1985, transformando-se numa das maiores siglas partidárias do país. O então governador do estado do Piauí, Hugo Napoleão, comandou a criação do PFL no nível estadual.

93 SILVA, op.cit., p. 285.

essa divisão, para as eleições de 1986, o PDS passou a apoiar a candidatura do PMDB ao Governo do Estado.

Derrotado no pleito de 1982, Alberto Silva (PMDB), dessa vez, tivera o apoio da principal liderança do PDS, Lucídio Portella (PDS). A chapa teve Alberto como candidato ao governo e Lucídio como vice, tendo o apoio de outras importantes lideranças estaduais, Francisco das Chagas Rodrigues e Helvídio Nunes de Barros (ex-governador do estado). Esse fato consolidou “a ruptura de um esquema político considerado imbatível e que fora montado em 1962 por Petrônio Portella Nunes”<sup>94</sup>. Já a chapa pefelista tivera como candidato Freitas Neto, do PFL, apoiado por seu primo, o governador Hugo Napoleão.

Alberto Silva sagrou-se vitorioso, numa eleição que marcou a separação, pelo menos temporária, do grupo político dominante no cenário estadual. Isso deu indícios de que o novo formato institucional (apesar de não explicar, por si só, a mudança política) favoreceu a formação de novos quadros políticos nos estados brasileiros.

### Considerações finais

Não obstante, as alterações institucionais implementadas não excluem a possibilidade da reprodução do mando de pequenos grupos. Como afirma Manoel Ricardo Arraes Filho, no Piauí, “a instalação do regime democrático após 21 anos de ditadura não foi incompatível com a permanência do regime político oligárquico mesmo após a implantação do regime democrático a partir de 1985”<sup>95</sup>. Ou seja, a ampliação da competição política não significa necessariamente que haja maior democratização na formação de governos, porém, pode-se afirmar, também, que o novo arranjo institucional permitiu a fragmentação partidária que possibilitou o surgimento de cisões dentro dos grupos políticos dominantes, desaguando na criação de outras siglas partidárias, como no caso do PFL.

Com outros partidos disputando cargos eletivos, maior é a chance de haver alteração no cenário político estadual. O multipartidarismo pode ampliar a expressão das demandas de setores (sociais ou políticos) não inclusos no debate público, diluindo a força das elites política, diversificando, conseqüentemente, a representação política. No caso em análise, portanto, o multipartidarismo foi a inovação institucional que pôde interferir na lógica da disposição dos cargos públicos no estado.

---

94 Ibid. p.287.

95 Arraes Filho, op.cit. p.14.

# HISTÓRIA E CULTURAS

DOSSIÊ HISTÓRIA POLÍTICA E PODER LOCAL

No entanto, é válido afirmar que a formação política do estado é fundamental para entendermos como grupos políticos controlam politicamente espaços políticos. Analisar a história política dos estados, como no caso do Piauí, ajuda a pensar melhor sobre os processos políticos contemporâneos.